

**02 DE ABRIL – DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO
DO AUTISMO**

Segundo *MELLO (2004)*, o autismo é um transtorno que se caracteriza por consideráveis desvios na comunicação, afetando assim, a interação social e o uso da imaginação.

As crianças com autismo, apresentam ainda bem pequenas, um comprometimento grave em seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à comunicação. Porém, há alguns casos, que se tratados e estimulados desde cedo, as crianças podem apresentar notórias habilidades motoras, musicais, artísticas, esportivas e outras, podendo estar ou não de acordo com a idade cronológica.

Para o Brasil ainda é um grande desafio atender as crianças diagnosticadas com TEA - Transtorno Espectro Autista - embora esteja bem mais conhecido devido ao aumento do número de casos cada vez mais precoce. As causas ainda não foram totalmente descobertas. Pesquisadores, estudiosos e especialistas apontam diferentes caminhos para que nosso país alcance o objetivo de oferecer à criança autista o atendimento que realmente fará diferença em seu desenvolvimento. Atualmente, o que se sabe, no entanto, é que o autismo vem crescendo gradativamente a cada dia, não só no Brasil, mas em todo o mundo e com possibilidades de crescer ainda mais.

Instituições organizadas geralmente por pais ou através de iniciativas privadas, para atender os autistas, como a AMA - Associação de Amigos dos Autistas - lutam pelas garantias dos seus direitos, como traz a Lei nº 12.764, Berenice Piana 2012, aprovada no Congresso Nacional, sancionada pela presidente Dilma Rousseff e publicada no dia 28 de dezembro de 2012, para que então, tornem sujeitos ativos no processo de integração social. Essa Lei foi fruto da luta das famílias que convivem com o autismo e garante o atendimento educacional individualizado e especializado às crianças diagnosticadas com TEA.

O aumento da demanda de alunos diagnosticados com TEA demonstra que há instituições que investem numa proposta educacional especializada e a qualificação profissional para proporcionar ao autista uma melhor qualidade de vida com todos os pressupostos que toda criança precisa para se desenvolver, crescer e ser feliz, independente das habilidades e competências que alcançam.

Referências bibliográficas:

MELLO, Ana Maria S. Ros de. Autismo: Guia Prático. 4 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2004.

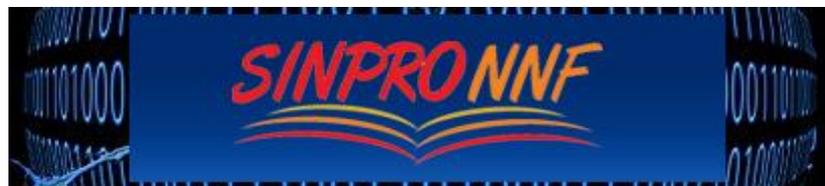
BRASIL. Decreto Federal nº 8.368/2014, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 03 dez. 2014. Acesso em novembro de 2017.

Fonte: Wilza Carla de Sá Oliveira (Secretaria de assuntos educacionais, culturais, divulgação e imprensa)

SUMARIO

Página 01:
- SUMARIO
- 02 DE ABRIL – DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO
Página 02 e 03:
- É POSSÍVEL AVANÇAR EM EDUCAÇÃO NO BRASIL SEM AUMENTAR OS GASTOS

Página 04:
- COMO MATAR A SUA ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADE DE CLASSE
- CONTRA A REFORMA



É POSSÍVEL AVANÇAR EM EDUCAÇÃO NO BRASIL SEM AUMENTAR OS GASTOS. OS EXEMPLOS DO EXTERIOR MOSTRAM ISSO. O PAÍS ESTÁ NA LANTERNINHA NOS QUESITOS MOTIVAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO; EXEMPLO DE PORTUGAL É INSPIRADOR

O debate sobre os gargalos no ensino médio no Brasil ficou estagnado por décadas, algo que acabou distanciando a educação brasileira da realidade do restante do mundo. Hoje, o país é o penúltimo num ranking de educação, elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com 34 países, que levou em conta os critérios do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). No exame são considerados itens como o desempenho em leitura, matemática e ciências, a média de anos que os alunos passam na escola e o percentual da população no ensino superior.

O número de alunos universitários no Brasil é baixo: pouco mais de 8 milhões, segundo o Censo da Educação Superior de 2016, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mas é antes dele, no ensino médio, que começa uma cruel seleção natural que desvia os alunos de uma formação mais consistente na universidade. O foco mais acadêmico do curso, que por ora tem currículo único, mas já começa a mudar por iniciativa de alguns Estados, acabou tornando-se um obstáculo, inclusive, para que os estudantes tenham a opção de se profissionalizar e encarar o mercado de trabalho com melhor formação, avaliam especialistas.

Para muitos, esse labirinto do ensino se dá porque faltariam recursos para a educação do Brasil, algo que teria sido agravado com o congelamento de gastos públicos nos próximos 20 anos, aprovado em 2016. O Brasil, na verdade, não investe pouco na formação de seus jovens. Segundo Andreas Schleicher, diretor do Departamento Educacional da OCDE, e um dos idealizadores do PISA, o Brasil gasta 4,9% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na educação do primário à universidade. Esse percentual está longe de ser ruim: é ligeiramente inferior aos 5,2% da média da OCDE. “Para sermos justos, entre 2008 e 2014, o país aumentou seus investimentos em educação por aluno em 18%”, afirma. Para ele, o desafio não é apenas ter mais dinheiro, “que claramente é importante”, mas também gastá-lo de forma mais eficiente. Muito embora as cifras brasileiras sejam superlativas, colocando o país entre as dez nações mais ricas do mundo com um PIB de 6,6 trilhões de reais em 2017 (ou 2 trilhões de dólares), o abismo social coloca qualquer cifra em perspectiva. Um levantamento da OCDE, divulgado em setembro de 2017, mostra que o país gasta anualmente 3.800 dólares por aluno no ensino fundamental e médio. Enquanto isso, a média nos países da OCDE nos últimos anos foi de 10.500.

Antes de elevar o patamar de investimento, entretanto, é possível trabalhar por alguns consensos, como fez Portugal nos últimos anos. O ex-ministro da Educação do país ibérico, Nuno Crato, que participou na última semana do II Encontro de Estados Parceiros do Itaú BBA, em São Paulo, contou que até o início de sua gestão, entre 2011 a 2015, Portugal estava abaixo da média da OCDE pelo exame PISA.

Em meio a uma crise econômica que devastou o país, o Governo de Pedro Passos Coelho decidiu elevar a autoestima nacional investindo em inovações educacionais que não exigissem os recursos que não existiam.

Para início de conversa, na gestão de Crato o ensino médio foi universalizado sem que isso resultasse em queda de desempenho. Pelo contrário, o ensino melhorou. Além disso, após batalhas jurídicas, o ministério conseguiu tornar públicos os resultados das escolas, que não eram divulgados. Não havia ainda provas finais até o nono ano do ensino básico. Passou-se a ter avaliações anuais e isso ajudou a aprimorar o currículo da etapa seguinte.

O Governo português aumentou, também, a carga horária de português e matemática, porque, sem essas disciplinas, “o aluno não entende o que lê nem sabe analisar gráficos”, explica Crato. Foram criadas, ainda, metas a serem atingidas pelos jovens. Depois, ampliou-se o tempo de estudo de ciências, história e geografia, e o inglês passou a ser obrigatório. “Tudo isso foi feito em meio a uma série de crise econômica. Nem tudo é dinheiro”, diz o ex-ministro.

Por fim, o ensino profissionalizante passou a ter empresas como parceiras, o que propiciou o acesso a máquinas e laboratórios de ponta para acompanhar as evoluções tecnológicas que o setor privado proporciona. Todas essas reformas garantiram que Portugal se transformasse no grande destaque de 2015, ao ter superado o marco da PISA. Em comparação à primeira edição do exame, em 2000, o país subiu 42 pontos, ocupando a 22ª posição, em um total de 70 países e economias analisados.

O essencial, segundo Schleicher, da OCDE, é ter em mente que o ensino médio deve ter como objetivo promover lideranças. “Isso envolve *design thinking* [abordagem que busca a solução de problemas de forma coletiva e colaborativa] e inclui imaginar o mundo de perspectivas múltiplas, conectando problemas e soluções.”

Enquanto isso, o Brasil só agora começa a flexibilizar o currículo do ensino médio, tornando-o mais maleável, ainda assim sob críticas, a maioria delas sobre a maneira como a reforma foi conduzida. Ana Inoue, assessora de assuntos educacionais do Itaú BBA, diz que a instituição, em parceria com o argentino Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y Crecimiento (CIPPEC), realizou um amplo estudo do ensino médio em 10 países e uma região (Ontário, Canadá). “O Brasil é o único país dos estudados sem flexibilização”, diz. Agora, a reforma do ensino médio tenta corrigir essa dificuldade.

Foco na trajetória dos alunos

A canadense Ontário também se tornou referência, na visão de Inoue, por ter desenvolvido uma escola centrada no aluno, com flexibilidade curricular, em que o estudante compõe a sua carga horária com as disciplinas de seu interesse. São 18 créditos em matérias obrigatórias, 12 em optativas e 40 horas de serviço comunitário.

Além disso, complementa Belén Sanchez, coordenadora de Educação do CIPPEC, há acompanhamento constante das trajetórias escolhidas pelos alunos. “O eixo está em o aluno construir seu projeto de vida.” Os professores, por sua vez, também são parte importante dessa dinâmica. São formados em duas ou mais especializações, como história e ciências, por exemplo, ou matemática, mecânica e computação.

O foco na formação profissional está presente ainda na Austrália, onde há quatro matérias básicas (inglês, matemática, ciências e história). As demais são definidas pelos Estados e ou territórios. A formação técnica é opcional – se escolhida, é oferecida em parceria com empresas certificadas locais. Mas existe um forte trabalho de orientação vocacional e incentivo ao empreendedorismo.

PROFESSORES TÊM
 DIREITO AO DESCONTO
 PARA DEPENDENTES.

QUEM GARANTE?

O SINPRONNF!

A ATUAÇÃO DO SEU SINDICATO CONQUISTOU ESSA E OUTRAS CLAUSULAS PRESENTES NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. SE DEPENDESSE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, ESSE BENEFICIO JA TERIA SIDO SUPRIMIDO HÁ MUITO TEMPO. POR ISSO NÃO PODEMOS BAIXAR A GUARDA. PROFESSOR QUE NÃO CONTRIBUI FINANCEIRAMENTE COM O SINDICATO FRAGILIZA O SINPRONNF NESSA DISPUTA. A AÇÃO SINDICAL PRECISA DE RECURSOS. ESSE É UM INVESTIMENTO EM VOCÊ MESMO.

**DIREITOS.
 FAÇA A SUA PARTE E A
 GENTE GARANTE.**

Não se trata de uma filosofia de países mais desenvolvidos. Simon Schwartzman, associado do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), chama a atenção para o fato de o Brasil estar aquém dos demais países latino-americanos quando o assunto é ensino médio.

Na maioria das nações vizinhas, a educação dos jovens é caracterizada pela maior presença do ensino profissional. Aqui, afirma o professor, o sistema homogêneo de currículo “é muito difícil para os jovens”. Na sua avaliação, só uma pequena parte consegue acompanhar o curso. “Também porque eles já vêm muito mal formados do ensino fundamental.”

Os sistemas mais eficientes, prossegue o especialista, são de alguns países europeus e dos Estados Unidos. “Nos EUA, termina-se o ensino chamado de intermediário e faz-se dois anos de college [curso de, em média, dois anos, a maioria de caráter profissionalizante], o que capacita os estudantes para o trabalho.”

Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, explica que o Brasil está, em termos do ensino médio, abaixo do Chile, México, Colômbia e Cuba, por exemplo. E muito próximo de Bolívia, Honduras e Guatemala.

Um dos grandes problemas aqui, diz, é a falta de atratividade das escolas. “O ambiente não pode ser inflexível e repressivo. O aluno precisa estar livre para escolher o que quer estudar”. E não se trata de um milagre. Ele cita o exemplo de Brejo Santo, pequena e pobre cidade do interior do Ceará, onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o mais alto do Brasil.

De todo modo, o país está atrasado nessa discussão. Para Lara Simelli, professora do Departamento de Gestão Pública da FGV, o ensino médio é foco de reforma no mundo todo desde a década de 1970. Aqui, a discussão começou no fim dos anos 1990. Segundo ela, não é possível “transplantar”, simplesmente, experiências de fora para cá. “Os contextos são muito diferentes. A organização do ensino está muito ligada a raízes históricas.”

Para Ana Inoue, a grande preocupação é não tentar “reinventar a roda” e, nesse sentido, as experiências internacionais servem para trazer descobertas já realizadas para que, no nosso processo de construir um novo modelo para o ensino médio, não repitamos erros básicos, considerando as nossas especificidades.

Como sintetiza Montezuma Dumangane, pesquisador da Comissão Europeia, o momento é desafiador, porque “todos têm expectativas – os alunos, os pais e o Estado”. E a flexibilização do ensino precisa ser um processo contínuo, para não ficar defasada e engolida pelos avanços sociais e de comportamento que a tecnologia promove.

Fonte: Marcia Pinheiro - El Pais
 (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/05/politica/1520284503_626647.html)

COMO MATAR A SUA ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADE DE CLASSE - EXISTEM MUITAS MANEIRAS DE MATAR UMA ASSOCIAÇÃO. VEJA COMO ISTO PODE ACONTECER.

Quando, há alguns anos, li este artigo na revista Tecnopan sobre as formas de matar uma entidade de classe, não pude deixar de me lembrar de uma associação da qual participei, que começou com muito gás, mas posteriormente teve sua *causa mortis* decretada exatamente pelos motivos abaixo enumerados.

Cabe a todos nós, e não apenas a alguns poucos, lutar pelo sucesso e pelos ideais de sua entidade de classe, pois sendo legítima, a força dela será também a sua força na defesa dos reais interesses da classe. Vamos ao texto.

1. Não frequente a entidade mas, quando for lá ache algo para reclamar.
2. Se comparecer a qualquer atividade, encontre falhas no trabalho de quem está lutando pela classe.
3. Nunca aceite uma incumbência. Lembre-se é mais fácil criticar do que realizar.
4. Se a diretoria pedir a sua opinião sobre o assunto, responda que não tem nada a dizer. Depois espalhe como deveriam ser feitas as coisas.
5. Não faça nada além do necessário. Porém, quando a diretoria estiver trabalhando com boa vontade e com interesse para que tudo corra bem, afirme que sua entidade está dominada por um grupinho.
6. Não leia o jornal da entidade e muito menos os comunicados. Afirme que ambos não publicam nada de interessante e, melhor ainda, diga que não os recebe regularmente.
7. Se for convidado para qualquer cargo, recuse alegando falta de tempo e depois critique com afirmações do tipo: "essa turma quer é ficar sempre nos cargos..."
8. Quando tiver divergências com um diretor, procure com toda intensidade vingar-se da entidade e boicotar seus trabalhos.
9. Faça ameaça de abrir processo ético e envie cartas ao quadro social com acusações pesadas à diretoria.

10. Sugira, insista e cobre a realização de cursos e palestras. Quando a entidade realizá-los, não se inscreva nem compareça, alegando que as datas eram inadequadas.

11. Se receber um questionário da entidade solicitando sugestões, não preencha, e se a diretoria não adivinhar as suas idéias e pontos de vista, critique e espalhe a todos que é ignorado.

12. Após toda essa colaboração espontânea, quando cessarem as publicações, as reuniões e todas as demais atividades, enfim, quando sua entidade morrer, estufe o peito e afirme com orgulho: "Eu não disse?"

Artigo publicado na revista Tecnopan, n.º 217, da ABIP - Associação Brasileira da Indústria da Panificação.

As opiniões veiculadas nos artigos de colunistas e membros não refletem necessariamente a opinião do [Administradores.com.br](http://www.administradores.com.br).

Fonte: Ernesto Berg
(<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/como-matar-a-sua-associacao-ou-entidade-de-classe/1323/>)



CONTRA A REFORMA
- "JUIZ DE SÃO PAULO IMPEDE
DEMISSÕES SEM HOMOLOGAÇÃO PELO
SINDICATO DA CATEGORIA" -

A reforma trabalhista acabou com a obrigação de homologação de demissões pelos sindicatos, mas o juiz Gilvandro de Lelis Oliveira, da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto (SP), proibiu uma empresa de demitir empregados sem a anuência da entidade. A decisão se aplica a todos os contratados há mais de um ano.

Dispensar homologação sindical para demissões prejudica direitos dos trabalhadores, afirma juiz.

De acordo com o magistrado, autorizar a dispensa sem homologação pode levar à redução da proteção dos direitos trabalhistas dos demissionários. Por isso ele proibiu que a empresa, enquanto não for julgado o mérito da decisão, demita seus funcionários sem passar pelo sindicato. Para cada descumprimento, há previsão de multa de R\$ 1 mil.

A decisão, do dia 19 de abril, define que haja cumprimento da cláusula da convenção coletiva de trabalho da empresa com o sindicato que prevê a homologação — o acerto foi assinado antes de a reforma trabalhista entrar em vigor.

Segundo o juiz, a convenção está em vigor, haja vista o ajuste firmado na primeira reunião de negociação coletiva, que definia que a convenção seria prorrogada até um novo acordo.

Para o presidente do sindicato dos trabalhadores com processamento de dados e tecnologia de São Paulo (SindPD), autor da ação, **Antonio Neto**, a decisão mostra o compromisso com os trabalhadores e reafirma o alerta que a instituição já tinha feito para todas as empresas.

"Devido ao acordo firmado na primeira rodada de negociação com o sindicato patronal, a Convenção do Sindpd de 2017 está válida em sua integralidade, portanto as empresas são obrigadas a seguir a Convenção, fruto de acordo estabelecido na negociação. Até segunda ordem, é necessário que as empresas cumpram as cláusulas da CCT, entre elas, a homologação que precisa ser feita no Sindpd", afirmou.

Fonte: Fernanda Valente
(<https://www.conjur.com.br/2018-abr-25/empresa-homologar-rescisao-contrato-sindicato-categoria>)

Às vezes na vida aparentemente está tudo bem.



Até que o inesperado acontece.



O importante é saber como reagir.



Transformando o problema em oportunidade.